

## APRESENTAÇÃO

### POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E INTERVENÇÕES GLOTOPOLÍTICAS EM CONTEXTOS SITUADOS: AGENTES, INSTITUIÇÕES, INSTRUMENTOS\*

Andrea Silva Ponte<sup>1</sup>  
Daniela Lauria<sup>2</sup>  
Socorro Cláudia Tavares de Sousa<sup>3</sup>

#### Políticas linguísticas educacionais

Na América Latina e no Caribe, a educação ocupa um lugar central na agenda glotopolítica contemporânea. São várias as questões linguístico-educativas que devem ser abordadas com urgência, a fim de reverter as consequências da enorme desigualdade social no acesso a um conjunto de recursos simbólicos e materiais. Em termos gerais, é preciso atender as trajetórias linguísticas e discursivas de amplos setores da população, cujos repertórios de usos da linguagem são socialmente diferenciados (e, sobretudo, subordinados) em relação ao que é considerado “legítimo”.

Diante desse quadro, três eixos de intervenção ganham especial relevo. Destaca-se, em primeiro lugar, a necessidade de ensino da variedade regional com base em instrumentos (meta)linguísticos — como gramáticas, dicionários, ortografias, textos didáticos escolares e antologias literárias — endonormativos que registram e descrevem as práticas verbais concretas da comunidade, sem considerá-las ou contrastá-las com nenhuma referência externa que implique uma avaliação negativa sobre elas. Em segundo lugar, assoma em importância a tomada de decisões sobre as línguas (segundas línguas, línguas vizinhas, línguas estrangeiras, línguas adicionais, línguas de herança) a serem ensinadas nos diferentes níveis do sistema educativo formal. Por fim, urge implementar de modo efetivo programas de educação intercultural bilíngue ou multilíngue em áreas onde outras línguas (indígenas ou de imigração recente europeia, asiática e africana) ou variedades de contato e/ou de fronteira coexistem com as línguas majoritárias. A análise desses eixos evidencia que a dimensão linguístico-educativa é indissociável da ampliação da cidadania.

Várias dessas questões são abordadas nos textos que compõem o número monográfico que apresentamos aqui. De fato, três artigos, com objetivos diferentes e abordagens metodológicas diversas, se dedicam a relevar, descrever, explicar e propor políticas linguísticas (decididas e executadas pelo poder municipal, estadual, nacional ou regional) e/ou iniciativas glotopolíticas (provenientes de diferentes grupos sociais, coletivos, organizações, ativismos) no campo educacional no Brasil. Dois temas se destacam nos artigos mencionados: de um lado, a

\* DOI: 10.22478/ufpb.1983-9979.2025v20n1.76658

<sup>1</sup> Professora da Universidade Federal da Paraíba.  
Contato: [andrea.ponte@academico.ufpb.br](mailto:andrea.ponte@academico.ufpb.br) | Orcid:  
<https://orcid.org/0000-0002-5735-6425>

<sup>2</sup> Professora da Faculdade de Filosofia e Letras/Universidade de Buenos Aires/Conselho

Nacional de Investigações Científicas e Técnicas.

Contato: [danielalauria76@gmail.com](mailto:danielalauria76@gmail.com) | Orcid:  
<https://orcid.org/0000-0003-1106-6155>

<sup>3</sup> Professora da Universidade Federal da Paraíba  
Contato: [sclaudiats@gmail.com](mailto:sclaudiats@gmail.com) | Orcid:  
<https://orcid.org/0000-0002-0514-9264>

diversidade linguística presente nas zonas de fronteira; de outro, a situação específica do ensino da língua espanhola no Brasil nos últimos anos e a influência que o movimento #FicaEspanhol tem (ou pode ter) no momento de tomar decisões.

No artigo “La batalla de las lenguas extranjeras en Brasil: ¿queda Brasil?”, da pesquisadora Ana Lúcia Pederzoli Cavalheiro Recuero (Universidade Federal de Pelotas), explora-se o percurso histórico e o cenário atual do ensino do espanhol no Brasil à luz da abordagem glotopolítica. A autora analisa, a partir da aplicação de um conjunto de ferramentas e categorias que articulam a dimensão retórica e ideológica, uma série de seis textos legislativos que buscam reintroduzir o espanhol na educação básica brasileira após a revogação, em 2017, da Lei 11.161, sancionada em 2005, que estabelecia a obrigatoriedade da oferta dessa língua no ensino médio. A autora conclui que os projetos de lei apresentados expõem diferentes marcos argumentativos, ativam diferentes memórias discursivas e veiculam ideologias linguísticas opostas de acordo com interesses geopolíticos e econômicos diversos e, inclusive, em conflito. O ensino do espanhol no sistema educativo formal parece ser, por enquanto, uma questão em aberto.

O artigo “A língua espanhola nos currículos escolares fronteiriços na perspectiva dos gestores: *una mirada glotopolítica*” inscreve-se nos chamados estudos fronteiriços. As pesquisadoras Emanuele Krewer (Universidade Federal de Santa Maria) e Angelise Fagundes da Silva (Universidade Federal da Fronteira Sul) apresentam um estudo de caso que mostra como os secretários de educação que atuam em cidades fronteiriças (concretamente entre a Argentina e o Brasil) gerenciam e avaliam o ensino do espanhol nas escolas de suas respectivas jurisdições. A partir da definição das premissas de que o espanhol nessas áreas não é, de forma alguma, uma língua estrangeira e de que os secretários de educação são agentes glotopolíticos de peso, as autoras mostram, após a análise de questionários digitais, que predomina uma atitude de indiferença por parte desses atores em relação à implementação do ensino do espanhol. Elas expressam a importância de promover políticas linguísticas originais e criativas para esse espaço específico de fronteira, cruzamento e movimento, as quais contemplem fundamentalmente a diversidade linguística e a singularidade das interações que ocorrem nesse espaço.

Larissa Arcanjo da Silva (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) e Isis Ribeiro Berger (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) apresentam, no artigo intitulado “Acolhimento linguístico em instituições públicas de ensino na região de fronteira: a construção de uma política linguística educacional”, um estudo exploratório que consiste em uma pesquisa bibliográfica sobre o acolhimento linguístico no âmbito educacional em zonas de fronteira. As autoras revisam e sintetizam sistematicamente as ações e os programas oferecidos pelo Estado e pelas instituições educativas, bem como as práticas e estratégias que ocorrem em sala de aula e que são geradas e impulsionadas por professores, às vezes de forma intuitiva. Essas ações têm o objetivo de facilitar a aprendizagem da língua majoritária ou veicular e, por extensão, integrar linguística e culturalmente os estudantes migrantes internacionais ou fronteiriços com uma língua materna diferente. Assim como as autoras do artigo anterior, as pesquisadoras apontam a necessidade de elaborar e executar políticas linguístico-educativas sensíveis ao multilinguismo constitutivo das áreas de fronteira.

Considerando um documento oficial que norteia o ensino de língua portuguesa no Brasil, em “Interpretação e apropriação do eixo de análise linguística/semiótica da BNCC pelo Manual do Professor ‘Se língua na língua’”, Laís Souza (Secretaria de Educação de Mogeiro), Socorro Sousa (Universidade Federal da Paraíba) e Kátia Oliveira (Universidade Estadual do Ceará) analisam o impacto de uma política de educação linguística oficial — a abordagem da análise linguística na BNCC de língua portuguesa — em um material destinado à educação básica. As autoras investigam como esse manual está em convergência ou não com as orientações da Base a partir da noção de política linguística como processo e da análise de processos de interpretação e de apropriação. Elas concluem que os sentidos utilizados no Manual do Professor são coincidentes com a BNCC e que há pouco espaço para a criação ou interpretação criativa pelos autores do que está proposto na política oficial. Isso se explica devido à natureza normativa da Base e ao ciclo de políticas linguísticas que envolve a avaliação dos materiais didáticos realizados pelo governo federal, o que impõe uma rigorosa observância às políticas linguísticas oficiais.

Ainda no âmbito da educação, o ensino superior também tem sido objeto de análise de pesquisas na perspectiva glotopolítica. Em um cenário em que ações em prol da internacionalização da ciência e da educação superior ocupam um lugar destacado, um olhar apurado para problemáticas linguísticas, acadêmicas e sociais relacionadas a esses processos é fundamental. No anseio de ingressar em cenários internacionais e globais, governos, universidades e pesquisadores se submetem a sistemas de avaliação e acreditação desenhados por uma rede de agências que representam interesses hegemônicos que, em grande maioria, estão alheios às demandas e necessidades da sociedade local. As políticas linguísticas na universidade brasileira tendem a privilegiar ações que favoreçam essa entrada em circuitos internacionais e, muitas vezes, relegam a segundo plano a educação linguística ou a garantia de direitos linguísticos a toda a comunidade acadêmica. É o que mostram Joseane Maciel Viana (Universidade Federal de Pelotas) e Tatiana Bolivar Lebedeff (Universidade Federal de Pelotas) em “Políticas linguísticas no Ensino Superior: quais línguas, quais objetivos e para quem?”. As autoras analisam as políticas linguísticas institucionais de universidades federais do Rio Grande do Sul, cujos documentos norteadores foram publicados entre 2018 e 2023. A análise mostrou que a internacionalização ocupa um lugar de destaque nos processos que levaram à construção dessas políticas linguísticas institucionais e que o reconhecimento do plurilinguismo e dos direitos linguísticos da comunidade acadêmica, sobretudo dos falantes de línguas minorizadas, ocupa um lugar periférico. A gestão linguística no âmbito do ensino superior impacta diretamente a vida acadêmica e a formação de estudantes falantes de línguas minoritárias, como é o caso da comunidade de surdos. Segundo as autoras, não se trata somente da garantia de acessibilidade, mas do reconhecimento do uso de Libras — e de outras línguas — como direito linguístico. Por isso, as ações políticas envolvidas na instauração de projetos de internacionalização poderiam incorporar lutas históricas de falantes de línguas minorizadas.

### **Políticas linguísticas e fronteiras territoriais**

O reconhecimento amplo e irrestrito de que habitamos territórios multilingues não é, ainda, uma realidade na América Latina. Em muitos países, a ideologia do monolinguismo,

amplamente assentada no imaginário social e difundida por meios institucionais, funciona como barreira para a garantia dos direitos linguísticos de amplas parcelas da sociedade.

No Brasil, o texto da Constituição de 1988 garante os direitos das denominadas minorias linguísticas. No entanto, em “Políticas linguísticas de acolhimento para indígenas do Amapá e norte do Pará”, Kelly C. Nascimento (Universidade Estadual do Amapá), Silvaneide Santos Menezes (Universidade Federal do Amapá) e Jamille Luiza de S. Nascimento (Universidade Federal do Amapá) mostram que, apesar de a Constituição reconhecer a diversidade linguística, o efetivo exercício da cidadania está diretamente atrelado ao domínio da língua do Estado, ou seja, da língua portuguesa. As autoras analisam iniciativas político-linguísticas de tratamento da pluralidade linguística no Amapá que vão além da presença das línguas indígenas no contexto educacional, e se detêm em documentos como jornais, redes sociais, *sites* institucionais, entre outros, que revelam o aumento da visibilidade indígena na mídia desse estado. Elas identificam diferentes iniciativas vinculadas a eixos como saúde, justiça e segurança pública e concluem que essas políticas linguísticas de acolhimento, ainda que limitadas, são de fundamental importância para redimensionar um alcance efetivo da cidadania.

Ainda no âmbito do multilinguismo, o contato linguístico fronteiriço também ganha destaque na agenda glotopolítica. Inúmeros estudos analisam a convivência de línguas nas fronteiras do Brasil com seus vizinhos sul-americanos, e as tensões que se inscrevem nesse contato. Em “Tensões linguísticas na fronteira Brasil-Paraguai: a complexa relação entre o guarani, o espanhol e o português”, Andrea S. Ponte (Universidade Federal da Paraíba) e Rafael Eduardo Santana de Sousa (Universidade Federal da Paraíba) analisam a dimensão ideológica de representações dessas três línguas em um território marcado por disputas históricas. Quando, em uma fazenda no Paraguai, a proprietária, brasileira, proíbe o uso do guarani entre os empregados da fazenda, emergem, nos discursos que se produziram em torno desse evento, ideologias linguísticas marcadas por processos sociais e identitários construídos nas disputas de poder da região.

### **Políticas linguísticas no domínio virtual**

Considerando que as políticas linguísticas estão presentes em diferentes espaços sociais e não se restringem aos espaços físicos, os artigos deste tópico exploram as práticas e ideologias linguísticas no âmbito digital. Em “Uma análise da cultura do cancelamento sob a ótica da Política Linguística” e em “Criadores de conteúdo digital como agentes glotopolíticos do século XXI: uma análise do perfil do TikTok @professornoslen”, os autores analisam o funcionamento das políticas linguísticas, respectivamente, no Twitter e no TikTok. Poliane Carlos (Secretaria Estadual de Pernambuco e Universidade Federal da Paraíba) e José Silva Filho (Universidade de Pernambuco) analisam as práticas linguísticas presentes em comentários de cancelamento no Instagram e no Twitter (atual X), demonstrando que as escolhas linguísticas e não linguísticas têm a intenção clara de julgar e condenar o indivíduo ou a instituição que, na visão dos internautas, cometeu determinado abuso social. Os comentários revelaram o uso de diferentes recursos para atingir esse fim, tais como ironias, usos dos sinais de pontuação com finalidade expressiva, caixa alta, palavras e expressões de baixo calão, *hashtags*, *emojis*, dentre

outros. Essa pesquisa demonstra a diversidade da paisagem linguística no domínio virtual, configurando as práticas linguísticas como um campo fértil para os estudos linguísticos.

Já João Dutra (Universidade Federal Fluminense) e Xoán Lagares (Universidade Federal Fluminense) desvelam como se estabelece a autoridade glotopolítica em relação ao ensino de língua portuguesa em um perfil do Tiktok, evidenciando que ela se fundamenta na ideologia linguística de uma “norma curta” que se ancora na cultura linguística do “certo” e do “errado” na língua. Essa cultura se confirma, no perfil @professornoslen, pela ausência da menção a linguistas e a instrumentos linguísticos. Os autores realizam essa discussão a partir do interessante diálogo interdisciplinar entre glotopolítica e sociologia, demonstrando que a linguagem se reveste do político e do social e que, pela linguagem e na linguagem, relações de poder sobre quem sabe, ou não, o português são fomentadas na sociedade.

### **O revisor textual como agente de política linguística**

Neste bloco, observa-se que a política linguística também está presente nas escolhas linguísticas realizadas pelo revisor textual, configurando-o como um agente de política linguística, na medida em que seleciona qual norma linguística é mais adequada em dado contexto. Em “As crenças dos revisores textuais sobre a gramática normativa”, Ingrid Nascimento (Secretaria de Estado de Educação do Ceará e Universidade Federal da Paraíba) analisa as crenças dos revisores textuais sobre o papel da gramática normativa no seu trabalho, demonstrando que a atividade de revisão não consiste em uma tarefa meramente técnica de aplicação da norma padrão, mas é permeada por diferentes crenças. As vozes dos revisores revelam um contínuo em relação ao papel da gramática normativa, configurando-se desde um “elemento norteador” dos revisores à percepção de que ela não é uma “lei absoluta”. O estudo demonstra como a revisão textual pode ser analisada a partir das lentes teóricas da Política Linguística, desvelando a complexidade da atuação do revisor textual e contribuindo significativamente tanto para os estudos de revisão textual quanto para a área de Política Linguística.